

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: maio de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	4
Etanol.....	4
Canavieiros conquistam 9% de reajuste salarial, e usineiros não querem fornecer alimentação – Contag - 31/05/2010.....	4
BP quer se tornar gigante em etanol – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Negócios – 8/05/2010.....	5
ETH quer fusão de projetos de alcooldutos – Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia – 27/05/2010.....	7
CMN aprova linha de crédito para a estocagem de etanol – Luciana Otoni – Valor Econômico – Agronegócios – 28/05/2010.....	7
Melhoram os resultados da ADM no terceiro trimestre – Valor Econômico – Agronegócio – 05/05/2010.....	8
Por liquidez, bolsa cria novo contrato de etanol – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 05/05/2010.....	9
Maeda deixa cana para crescer em grãos – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2010.....	10
Ramo da família Biagi reage à concentração e lidera pool de usinas – Fabiana Batista e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/05/2010.....	11
Cogeração e mecanização garantem mais eficiência – Valor econômico – Agronegócios – 13/05/2010.....	13
Moagem antecipada de cana motiva revisões de estimativas de produção – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 20/05/2010.....	13
Usina atrasa entrega de energia, mas ainda aposta em cogeração – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios- 24/05/2010.....	14
Usinas no foco da Allianz Seguros – Fernando Lopes e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/05/2010.....	16
Bayer identifica gene que eleva rendimento da cana – Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 27/05/2010.....	17
Planos da China de investir no cerrado nordestino começam a virar realidade – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 27/05/2010.....	18
Biodiesel.....	19
MDA concede Selo Combustível Social a três empresas produtoras de biodiesel – MDA – 28/05/2010.....	19
"Nova" Brasil Ecodiesel volta ao azul e prevê investimentos – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 20/05/2010.....	20
POLÍTICA NACIONAL DE AGROBIOCOMBUSTÍVEIS.....	23
Etanol.....	23
A matriz energética Brasileira – José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2010.....	23
Energia e soberania – Luis Gonzaga Bertelli – Estado de São Paulo – Economia – 20/05/2010.....	24
Energia limpa – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 06/05/2010.....	26

Minas reduz ICMS sobre etanol e eleva alíquota para gasolina – César Felício – Valor Econômico – Política – 14/05/2010	26
Subsídio à cana no Nordeste gera divergência – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 26/05/2010	27
Biodiesel	28
Biodiesel: a necessidade de um novo marco regulatório - Juan Diego Ferrés – Valor Econômico – Opinião – 05/05/2010.....	28
Governo tenta turbinar óleo de palma – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 05/05/2010	30
ANP realiza leilão de biodiesel – Valor Econômico – Brasil – 24/05/2010	32
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	33
Etanol.....	33
Energia nuclear, meio ambiente e soberania – Samuel Pinheiro Guimarães – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/05/2010	33
Crise na UE já afeta setor de energia renovável – Valor Econômico – Internacional – 20/05/2010	34
País chegou a ser referência em tecnologias para a cana – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 21/05/2010	36
China e Bahia fazem parceria em alimentos e energia – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócio- 25/05/2010	36
Protecionismo atrapalha etanol brasileiro, diz Ipea – Tarso Veloso – Valor Econômico – Brasil – 27/05/2010	37
Biodiesel	37
Biodiesel argentino ganha espaço na EU – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2010.....	38

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Canavieiros conquistam 9% de reajuste salarial, e usineiros não querem fornecer alimentação – Contag - 31/05/2010

Os trabalhadores rurais da cana de Goiás conquistaram 9% (nove por cento) de reajuste no piso salarial, que passa a valer até 2011, no valor de R\$ 606,77 (seiscentos e seis reais e setenta e sete centavos). O resultado do reajuste, saiu após oito rodadas de negociações entre Fateg e Sifaeg.

Segundo José Maria de Lima, secretário de assalariados da Fetaeg, “Os Usineiros

continuam intransigentes para negociar fornecimento de alimentação gratuita e de qualidade para os canavieiros. Mas vamos abrir essa discussão nas 33 usinas instaladas no estado de Goiás”, afirmou o sindicalista, no final da 26ª Convenção Coletiva de Trabalho do setor canavieiro. A Fetaeg e os sindicatos de trabalhadores rurais foram assessorados, durante a Convenção, pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), que mostrou os ganhos do setor sucroalcooleiro em Goiás.

Os canavieiros também conquistaram um reajuste de 7% (sete por cento) no preço da cana na tabela. A categoria tem hoje em Goiás, cerca de 50 mil trabalhadores, representados em mais de 40 sindicatos de trabalhadores rurais, que participaram ativamente na Convenção Coletiva. Os trabalhadores chegaram a suspender as negociações, depois que o sindicato dos usineiros ofereceu um reajuste de um por cento no piso salarial, o que revoltou os sindicalistas e trabalhadores, mas logo os patrões resolveram reabrir as negociações e ofereceram um salário de R\$ 606,77. “Ainda não é o bom salário, precisamos conquistar muito para garantir nossa dignidade, mas já avançamos e melhoramos muito a nossa condição de cortador de cana”, disse um canavieiro.

O novo salário dos canavieiros começa a vigorar com data de 21 de maio de 2010 até maio de 2011. Em Goiás funcionam 33 usinas de álcool e açúcar e emprega no corte da cana quase 50 mil trabalhadores rurais.

Fonte: Comunicação da Fetaeg

BP quer se tornar gigante em etanol – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Negócios – 8/05/2010

A BP Biofuels, braço de biocombustíveis da petroleira britânica BP, pretende ser uma das principais empresas do setor sucroalcooleiro do Brasil até 2020, processando 100 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. O presidente mundial da BP Biofuels, Philip New, diz que o crescimento se dará de forma gradual, por meio de joint ventures com empresas já existentes e também da construção de novas usinas, em projetos greenfield.

Na estratégia de realizar joint ventures com produtores locais, o controle será compartilhado, ou seja, a BP Biofuels não pretende ter mais de 50% de participação em um projeto.

Isso nos permite aprender e entender outra cultura. Tero controle total e perigoso, pois cria a tentação de querer mandar, e não de aprender”, afirmou New. A empresa espera que, nessas parcerias, o player local entre como produto e a expertise na área. A BP vai contribuir com tecnologia e estrutura de penetração global.

Atualmente, a BP já é responsável pela distribuição de 10% do etanol produzido no mundo. Para o executivo, a consolidação do setor sucroalcooleiro brasileiro continuará acontecendo nos próximos anos de forma a criar grandes conglomerados, que terão uma capacidade de moagem em torno de 100 milhões de toneladas de cana cada. “Definitivamente, estaremos nesse grupo.”

New explica que a BP Biofuels não tem pressa. Embora tenha sido a primeira empresa petrolífera a entrar no ramo de etanol no Brasil e no mundo, a prioridade, segundo ele, é aprender e não fazer investimentos de forma acelerada.

“Mas não se espante se em breve anunciarmos algum novo projeto. Estamos atentos às oportunidades de mercado.” Tropical. O executivo diz que a experiência pioneira da BP em etanol a partir de cana na Tropical Bioenergia, usina localizada em Edeia (GO), tem sido positiva.

A primeira safra processada pela usina foi de 2,4 milhões de toneladas, com a colheita 100% mecanizada. A BP quer ampliar o processamento da usina para 4,8 milhões de toneladas no médio prazo, além de construir outra nas proximidades, a Tropical 2, com a mesma capacidade de processamento.

Os investimentos previstos chegam a US\$1 bilhão.

Na Tropical, a BP aplicou sua estratégia de controle compartilhado e detém 50% de participação. Os outros 50% são divididos igualmente entre o grupo Maeda e o Louis Dreyfus Commodities (que absorveu a Santelisa Vale).

O Grupo Maeda e a LDC colocaram, contudo, sua participação na usina à venda e a BP deve contar, em breve, com novos parceiros na empreitada.

A BP Biofuels tem trabalhado intensamente na criação de um mercado internacional de etanol por meio de ações nos Estados Unidos e Europa. “A BP se posicionou publicamente, por exemplo, a favor do etanol de cana do Brasil perante o governo da Califórnia e também em Washington e Bruxelas, nos processos que culminaram no reconhecimento do etanol de cana como combustível com menor emissão de gases de efeito estufa no mercado americano e europeu.”

Segundo New, este posicionamento público da BP mostra a importância que os biocombustíveis e o Brasil têm dentro da estratégia de longo prazo da empresa.

A importância do Brasil para a empresa também pode ser medida, de acordo com ele, pelo fato de a BP ter paralisado todos os demais projetos com cana existentes na África e no Sudoeste Asiático para concentrar os investimentos apenas no Brasil.

Outras apostas. Porém, na estratégia da BP Biofuels, outras duas vertentes de biocombustíveis estão sendo exploradas.

Uma delas é a produção de etanol de celulose. Em uma joint com a Verenium, na qual cada empresa tem 50% de participação, a BP Biofuels vai começar a produção comercial de etanol de celulose a partir de 2013. Localizada na Flórida, nos Estados Unidos, a empresa já produz etanol celulósico experimentalmente.

Mas o produto em que a BP Biofuels mais aposta suas fichas no médio prazo é o biobutanol, que está sendo produzido em caráter experimental em Hull, na Inglaterra, pela Butamax, uma joint venture, também de controle compartilhado, entre a BP e a DuPont. “Esperamos produzir o biobutanol também no Brasil a partir de 2013”, afirma New.

O biobutanol é um etanol que pode ser produzido a partir da cana-de-ácúcar mas também por meio de outras biomassas. “É um produto que pode ter uma penetração mais fácil que o etanol de cana em mercados mais fechados como os EUA e Europa”, explica. Isso porque o biobutanol não precisa ter um abastecimento exclusivo nos postos de combustíveis, podendo compartilhar bombas de outros combustíveis.

O grupo BP passa por um momento delicado, envolvido em um acidente com uma plataforma que vem derramando milhões de litros de petróleo no Golfo do México. Philip New disse, porém, que não poderia falar sobre esse

assunto, por não ser sua área.

ETH quer fusão de projetos de alcoolduto – Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia – 27/05/2010

O vice-presidente de operações agroindustriais da ETH, Luis Felli, defendeu ontem a fusão entre os três grandes projetos de alcoolduto para transportar a produção do Centro-Oeste até São Paulo.

A empresa herdou da Brenco um dos projetos, orçado entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões. Os outros dois são os da PMCC, que tem Petrobras, Mitsui e Camargo Corrêa como sócios; e o da Uniduto, consórcio formado por 12 grandes grupos do setor sucroalcooleiro detentores de cerca de 90 usinas responsáveis por um terço da produção brasileira de etanol.

Os principais sócios da Uniduto são Cosan, Copersucar e Crystalsev, cada um com participação de 26,17%.

“Existem vários projetos e não faz sentido termos três ou quatro alcoolduto com traçados semelhantes”, afirmou Felli, em entrevista após participar do 3.º Fórum Brasil-União Europeia, no Rio de Janeiro.

O executivo argumentou que a construção de infraestrutura logística para escoar a produção de etanol é fundamental, por garantir uma redução de custos entre 20% e 30% no preço final do produto, garantindo maior competitividade no produto tanto no mercado interno quanto no exterior.

Logística. O duto ligaria o Centro-Oeste a Paulínia, no interior paulista, que fica às portas do maior mercado consumidor do País, a região ao redor da capital São Paulo, que se liga como Porto de Santos. Felli destacou, porém, que ainda não há negociação no sentido de unificar os projetos, “apenas conversas iniciais”.

Segundo ele, as empresas interessadas teriam de definir questões como o melhor traçado e a capacidade de transporte do alcoolduto.

A ETH tem importantes projetos de produção no Centro-Oeste, que vão contribuir, este ano, para o crescimento da moagem de cana-de-açúcar de 3 milhões de toneladas (registradas no ano passado) para 13 milhões de toneladas.

A partir desse volume, a empresa pretende produzir 300 milhões de toneladas de açúcar e 900 milhões de metros cúbicos de etanol. Distribuição. Felli afirmou que, além da questão logística, a ETH terá de decidir nos próximos anos se vai atuar no segmento de distribuição de combustíveis, considerado importante para garantir mercado para sua produção.

Segundo ele, essa decisão será tomada no médio prazo, pois nos próximos dois anos, pelo menos, os esforços serão concentrados em iniciar a operação dos projetos agroindustriais.

“Por um lado, não temos como hábito concorrer com nossos clientes (outras distribuidoras), mas se for estrategicamente importante ter acesso a mercados, estaremos avaliando a entrada no negócio de distribuição”, explicou.

CMN aprova linha de crédito para a estocagem de etanol – Luciana Otoni – Valor Econômico – Agronegócios – 28/05/2010

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na quinta-feira, voto agrícola que institui linha de crédito destinada à estocagem de etanol combustível. O financiamento, lastreado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), será destinado a usinas, destilarias, cooperativas de produção e de produtores e para empresas que comercializam etanol etílico carburante.

No ano passado, R\$ 2,3 bilhões foram destinados a esse tipo de estocagem, sendo R\$ 1,3 bilhão do BNDES e R\$ 1 bilhão do Banco do Brasil, dos quais R\$ 685 milhões foram utilizados. Os limites previstos para esse novo tipo de financiamento no âmbito do Plano de Safra, as taxas de juros, os prazos de pagamento e as condições de garantia serão divulgados no dia 7 de junho, durante o lançamento do plano agrícola 2010/11.

A linha de crédito específica para a estocagem de etanol integra os 13 votos agrícolas aprovados, na quinta-feira, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em outra medida, o CMN aprovou a criação de uma linha de crédito de caráter emergencial, no montante de R\$ 204 milhões, direcionada a cerca de 2 mil plantadores de arroz do Rio Grande do Sul, cujas lavouras foram danificadas por condições climáticas desfavoráveis no período entre novembro do ano passado e março de 2010.

Os financiamentos serão limitados a R\$ 400 mil por produtor, sendo que não poderão ultrapassar R\$ 2.500,00 por hectare de arroz. Os juros são de 5,75% ao ano, com dois anos de carência e pagamento em parcelas semestrais ou anuais, observado o prazo máximo de oito anos.

Um outro voto do CMN instituiu um novo sistema de controle das políticas de comercialização. Com isso, a partir deste ano, os bancos públicos e privados passam a ser obrigados a encaminhar trimestralmente ao Ministério da Fazenda informações sobre os agentes (agroindústrias, cooperativas e produtores) que se beneficiam das políticas de equalização de preço.

O objetivo é fazer um cruzamento dessas informações e ter maior conhecimento sobre a disseminação dessas operações no agronegócio.

Parte dos votos aprovados se refere à definição das condições de financiamento de custeio e comercialização da agricultura comercial e familiar do próximo Plano de Safra e deverão ser divulgadas em detalhes no próximo dia 7 de junho.

Melhoram os resultados da ADM no terceiro trimestre – Valor Econômico – Agronegócio – 05/05/2010

A multinacional americana ADM, uma das maiores empresas do setor de agronegócios do mundo, registrou sensível melhora em seus resultados globais no terceiro trimestre do exercício 2010, encerrado em 31 de março.

Conforme balanço divulgado ontem, as vendas líquidas do grupo alcançaram US\$ 15,145 bilhões, 2% mais que em igual intervalo de 2009, o resultado operacional subiu 174% na mesma comparação, para US\$ 696 milhões, e o lucro líquido atingiu US\$ 421 milhões, US\$ 418 milhões a mais que entre janeiro e março do ano passado.

Apesar das evoluções, os resultados globais nos nove primeiros meses do exercício seguem abaixo daqueles acumulados até 31 de março de 2009, apesar do volume de produtos processados pela multinacional ter aumentado em todas as frentes (oleaginosas, milho, trigo, cacau e malte).

No campo dos investimentos, a ADM destacou ações nas áreas de etanol de milho e plásticos renováveis. A América do Sul não mereceu destaque no balanço. A ADM é uma das principais exportadoras da área de agronegócios no Brasil.

Por liquidez, bolsa cria novo contrato de etanol – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 05/05/2010

Em mais uma ofensiva para tentar dar liquidez ao mercado de commodities agrícolas, a BM&FBovespa está estruturando uma série de medidas para atrair novos players às negociações. A bolsa criou um novo contrato para o etanol, com diferenças importantes em relação ao atual, que é para álcool anidro e tem liquidação física do produto.

O novo contrato terá liquidação financeira, será cotado livre de impostos e negociará álcool hidratado, que é comercializado diretamente nas bombas de combustível. Além disso, o valor de referência está sendo formado com base na praça de Paulínia (SP). O indicador de preço já começou a ser levantado diariamente pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq).

A expectativa da bolsa é que a mudança crie liquidez para esse mercado, já que as diferenças tributárias entre os Estados e os problemas de logística do país deixavam o antigo contrato pouco atrativo para os investidores. Além disso, é esperada a participação de fundos de investimentos, muito dos quais não atuam em mercados onde os contratos permitam a entrega física do produto.

"O mercado de etanol está passando por mudanças, com consolidações e novos agentes entrando neste setor. Conversamos com todos os elos da cadeia, inclusive com os distribuidores, e todos se mostraram interessados nas mudanças feitas", afirmou Ivan Wedekin, diretor de commodities da BM&FBovespa durante seminário promovido pela bolsa ontem. "Esperamos que o etanol tenha o mesmo sucesso do contrato do milho com entrega financeira, que ganhou muito espaço desde que foi lançado e hoje só perde em importância para o café".

A mudança não é por acaso. Apesar da importância do agronegócio para a economia do Brasil, os contratos de derivativos agrícolas negociados na bolsa brasileira representaram no ano passado modestos 0,7% do total de derivativos do país. O desempenho está muito aquém da média mundial, onde os papéis agrícolas abocanharam uma fatia pouco superior a 5% em 2009. "Nunca tivemos uma oportunidade tão grande como a que existe agora. Quando você conquista a liquidez acabamos atraindo também investidores do mercado financeiro", disse Wedekin.

Não é só o etanol que sofreu mudanças. Segundo Edemir Pinto, diretor-presidente da BM&FBovespa, está sendo discutido na câmara consultiva da soja uma mudança no contrato do grão. A ideia é criar um índice de preços com base em Paranaguá (PR) e também com liquidação financeira, o que geraria mais liquidez a exemplo do que aconteceu com o milho e deve acontecer com etanol.

"No caso da soja, a liquidez já está consolidada em Chicago e será difícil transferir de local. Com o novo contrato de etanol poderíamos ser os formadores do preço internacional, além de ser possível fazer a arbitragem com as bolsas americanas e permitir o crescimento dos dois mercados", disse.

As mudanças provocadas pela bolsa para dar liquidez às commodities agrícolas não devem gerar concorrência com uma de suas principais parceiras, a Chicago Mercantile Exchange (CME), da bolsa de Chicago e também de Nova York, onde são negociadas as principais commodities do mundo. A avaliação é do próprio vice-presidente da CME, Charles Carey. "Não acredito em uma competição entre as duas bolsas, mas sim, em um crescimento nos negócios nos dois países", disse.

A BM&FBovespa também vai estreitar em junho um sistema de registro de informações para medir o risco de crédito do setor produtivo, por meio de sua controlada, a Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM). O sistema foi encomendado pelas indústrias de defensivos agrícolas para poder identificar quais são os produtores que estão mais expostos dos ponto de vista de endividamento.

"O sistema pode ser expandido para a indústria de máquinas, fertilizantes, bancos e seguradoras. As empresas vão registrar nesse sistema as vendas feitas para cada CPF e as garantias oferecidas para o pagamento. Com isso, as empresas poderão consultar o comprometimento de capital que cada um desses CPFs", explicou Wedekin.

Maeda deixa cana para crescer em grãos – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2010

O grupo Maeda Agroindustrial, uma das maiores empresas agropecuárias do Brasil, com faturamento de R\$ 300 milhões em 2009, decidiu recuar em seu projeto de agroenergia e reforçar o foco em culturas anuais, onde tem maior expertise. A empresa colocou à venda sua área de cana de 14,2 mil hectares em Edeia (GO) e também a participação de 25% na usina Tropical Bioenergia, localizada no mesmo município e que tem como sócios a gigante British Petroleum (BP), com 50%, e a francesa Louis Dreyfus (LD), com 25%.

As terras estão sendo negociadas por R\$ 150 milhões, mas o valor pedido pela participação na usina não foi revelado. O plano é desmobilizar esse capital para reinvestir na expansão de áreas cultivadas com soja, milho e, principalmente, algodão, cujos preços internacionais indicam uma boa rentabilidade para os próximos anos. O grupo vê ainda oportunidades no interesse crescente de fundos estrangeiros em terras no Brasil. A ideia é capitalizar a operação agrícola em parcerias com esses investidores.

O grupo Maeda entrou no setor sucroalcooleiro em meados de 2006 a partir da construção da usina Tropical Bioenergia com a Santelisa Vale, de Morro Agudo (SP) - , incorporada no ano passado pela LD. No meio do caminho, em abril de 2008, a BP entrou na jogada com a compra da participação de 50% no negócio.

Na época, em 2006, o cenário era outro, anterior ao 'boom' do etanol. A Cosan, por exemplo, a maior empresa do setor, tinha acabado de atingir a capacidade de

moagem de 40 milhões de toneladas - hoje são mais de 60 milhões - e era, até aquele momento, uma das poucas a assumir estratégia agressiva de aquisições de usinas no país.

Atualmente, o grupo Maeda se depara com um ambiente de negócios muito diferente no setor de agroenergia, com grandes multinacionais apostando alto e elevando substancialmente a necessidade de capital no setor. "Percebemos que o grupo não vai acompanhar esse movimento. Este mercado virou terra para gente muito grande e não há espaço para pequenos. Não faz sentido ficarmos com capital imobilizado em uma usina do porte de 2,4 milhões de toneladas de cana", afirma Roberto Haag, diretor de desenvolvimento do grupo Maeda.

Ele não informa com quem a Maeda negocia a venda de terras e da participação industrial, mas afirma que a BP não deve exercer o seu direito de compra. "Há conversas em andamento com outros grupos, mas nada que possamos divulgar", afirma Haag.

Há rumores no mercado de que a LD, que estrategicamente busca ser majoritária em suas usinas, também estaria interessada em se desfazer da participação na Tropical. A empresa francesa está em período de silêncio e não comentou.

Com a saída do setor de agroenergia, o grupo Maeda, fundado há 80 anos por imigrantes japoneses, vai reinvestir para ampliar a atual área plantada com grãos de 94 mil hectares para 135 mil hectares. A área cultivada com algodão no ciclo 2009/10, de 14 mil hectares, deve ser a que mais avançará percentualmente, segundo Haag.

"Vamos crescer em torno de 50%", afirma o executivo. O grupo ainda não concluiu o seu plano de safra, mas sabe que a proporção entre terras arrendadas e próprias continuará sendo de dois terços para as alugadas. Na safra passada, a área de soja da Maeda foi de 75 mil hectares e a de milho, de 5 mil hectares.

Ramo da família Biagi reage à concentração e lidera pool de usinas – Fabiana Batista e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/05/2010

Eles são tradicionais em açúcar e álcool, mas não têm a mesma projeção que seus primos. Netos de Pedro Biagi, que introduziu a família de imigrantes italianos no segmento sucroalcooleiro no Brasil, os irmãos Bernardo e Pedro Biagi seguem firmes à frente de suas usinas no interior de São Paulo, mesmo com o grande número de fusões e aquisições na área nos últimos anos no país.

O sobrenome Biagi ainda é muito forte no segmento, mesmo com a saída de André e Luiz Biagi, antes principais controladores da Santelisa Vale, agora acionistas da francesa Louis Dreyfus, e da venda do grupo Moema, que tinha Maurílio Biagi Filho como um dos principais acionistas, para a americana Bunge. Bernardo e Pedro evitam comparações com seus primos e não comentam os rumos dos negócios de seus parentes.

A importância do sobrenome da família não assusta Bernardo, que administra duas usinas em São Paulo - Batatais e Lins, localizadas nos municípios de mesmo nome

- junto com o irmão Lourenço Biagi. Para ganhar escala e se defender da concentração, o usineiro formou um pool com outras companhias para aproveitar os ganhos de sinergia dos grandes, sem deixar de usufruir das vantagens de ser de médio porte.

Discreto, Bernardo Biagi não é muito chegado aos holofotes. Ao **Valor**, ele contou que não cogitou vender suas usinas durante o período de auge da crise que se abateu sobre o segmento, entre 2008 e 2009. Mas reconheceu que o fato de ser um Biagi chegou a colocar a saúde financeira de seu negócio em xeque pelos bancos. Isso porque, durante o período mais agudo da turbulência financeira, seus primos estavam em plena negociação para trazer um acionista forte para a Santelisa Vale. Procurado, Pedro Biagi, proprietário da Usina da Pedra, em Serrana (SP), preferiu não conceder entrevista.

Confusão desfeita no mercado, Bernardo segue em frente para que seu negócio continue atraente. Após mais de 30 anos de amizade com os sócios das usinas do grupo Santa Adélia e Titoto, Bernardo resolveu se unir com os parceiros de setor para adquirir insumos e, obviamente, obter vantagens com a compra em maior escala. A ideia foi amadurecida no segundo semestre do ano passado, em meio à formação de gigantes no segmento. "Ser grande pode ser moderno e bom, mas não em todos os aspectos. Você perde a capacidade, por exemplo, de pôr o olho nos detalhes do negócio. O que estamos buscando é unir o lado bom de ser grande com a parte vantajosa de ter um porte médio", diz Biagi.

Assim, surgiu o pool dos três grupos que, juntos, somam sete usinas e uma capacidade de moagem de cerca de 16 milhões de toneladas de cana - dimensão semelhante, por exemplo, à da Açúcar Guarani, controlada pelo grupo francês Tereos.

Biagi explica que as primeiras aquisições conjuntas foram feitas experimentalmente no ano passado, principalmente de óleo diesel e adubo, no valor aproximado de R\$ 100 milhões. Os sócios foram diretamente aos fornecedores, apresentaram o interesse em adquirir em uma tacada só um volume três vezes maior do que individualmente compravam, e pediram desconto. O resultado surpreendeu: a economia foi da ordem de 10%.

Neste ano, para a safra em curso, o pool já fez a compra dos mesmos insumos, mas em volumes para o ano todo, portanto maiores, e conseguiram ampliar as vantagens no preço para um desconto de mais 5%. "Este percentual incidiu em compras conjuntas da ordem de R\$ 210 milhões, nem um pouco desprezível", diz Biagi. Além de insumos, os três grupos adquiriram juntos 18 colheitadeiras de cana com um desconto no preço de 5%.

Mas este tipo de parceria não dá certo assim, facilmente, explica o empresário. É preciso abrir contas, revelar por quanto compra esse ou aquele insumo, quanto usa e suas vantagens competitivas. "Só obtivemos êxito por que já temos relação de confiança que, no nosso caso, foi construída em décadas."

A pool vai avançar ainda neste ano para aquisição de outros itens. "Faremos agora compra conjunta desde óleo lubrificante para moendas até material de escritório. Agora não paramos mais".

Por serem associadas da Copersucar, as usinas que Bernardo administra juntamente com seu irmão também aproveitam na outra ponta, a da comercialização, os ganhos de sinergia de ser grande. O bom resultado agrícola e comercial contribuiu para que na última safra, a 2009/10, o grupo contabilizasse uma geração de caixa de R\$ 140 milhões (Lajida, lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), valor 61% maior do que na temporada anterior.

Com moagem de 5,7 milhões de toneladas nas duas usinas, Biagi vê oportunidades para ampliar a produção de açúcar da usina de Lins, que está em sua quarta safra e produz apenas álcool hidratado. "Esse é um plano para daqui três anos e que será executado com recurso de longo prazo", avisa Biagi.

Cogeração e mecanização garantem mais eficiência – Valor econômico – Agronegócios – 13/05/2010

O mito de que o ganho de escala é condição essencial para a continuidade em um setor, como o sucroalcooleiro, vem sendo aos poucos derrubado por médias usinas, que conseguem ganhar eficiência com o porte que dispõem. São usinas que estão investindo em cogeração de energia e mecanização, duas importantes fontes de renda e de economia, respectivamente.

"As usinas começam a investir em aumento de capital, se alavancam, e deixam de lado pontos importantes de ganhos de eficiência", explica Luiz Gustavo Corrêa, sócio da FG Agro, consultoria com sede em Ribeirão Preto (SP). Ele calcula que somente a cogeração é responsável por um terço da geração de caixa das usinas. "Já com a mecanização da lavoura, a economia com o corte, colheita e carregamento, é equivalente a um sexto da geração de caixa".

Segundo dados da Conab, de 2008, 89% do bagaço de cana no Brasil são destinados à cogeração de energia. "Importante lembrar que o custo financeiro para crescer em produção de açúcar e álcool é maior do que o de cogeração, que tem linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas", acrescenta Corrêa. **(FB)**

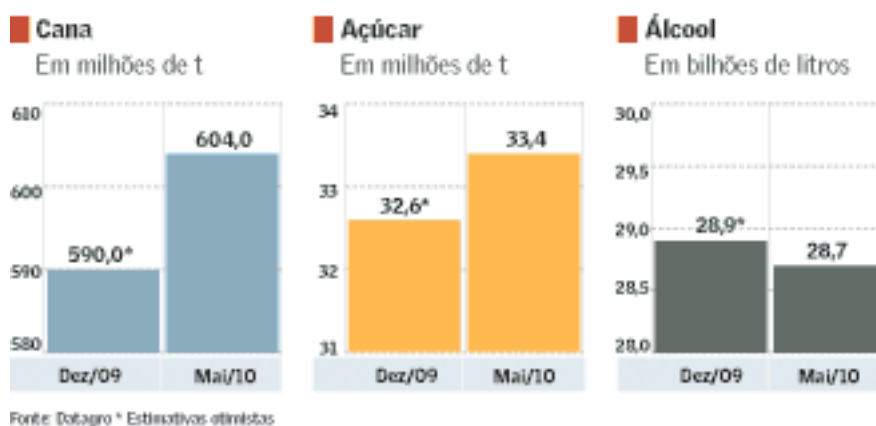
Moagem antecipada de cana motiva revisões de estimativas de produção – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 20/05/2010

O clima mais seco e a antecipação da safra pelas usinas sucroalcooleiras em até um mês estão trazendo ao mercado projeções de moagem mais elevadas no Centro-Sul do Brasil. A consultoria Datagro divulgou ontem, durante sua conferência em Nova York feita em parceria com a Organização Internacional do Açúcar (OIA), sua nova estimativa para o ciclo 2010/11, em curso desde o início de abril no Centro-Sul.

O processamento esperado pela consultoria é de 604 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na região, o que representará 11,6% de alta em relação aos 541 milhões processados na temporada passada. A projeção é ainda maior do que as 595,89 milhões de toneladas previstas em março pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

Em expansão

Datagro revisa projeção de moagem na safra 2010/11 no Centro-Sul



Em dezembro de 2009, a Datagro realizou a primeira estimativa, quando previu que a temporada 2010/11 poderia ser de até 590 milhões de toneladas de cana na região. Outra tendência verificada pela Datagro é de um mix mais alcooleiro. A consultoria prevê que a produção de etanol vai absorver 58,3% do total da cana processada, ante 57,4% da temporada 2009/10. Em março, a Unica previu um mix menor para etanol, de 56,7%.

Segundo a Datagro, a produção do biocombustível pode alcançar 28,65 bilhões de litros no Centro-Sul - 5 bilhões a mais do que os 23,69 bilhões da temporada passada. Os números da Unica indicam uma produção menor, de 27,39 bilhões de litros. No Brasil, a consultoria estima a fabricação de 30,78 bilhões de litros de etanol.

Para a Datagro, a produção de açúcar deverá atingir 33,4 milhões de toneladas no Centro-Sul, um crescimento de 16% em relação aos 28,64 milhões de toneladas do ciclo anterior e queda de 2% em relação aos 34,09 milhões previstos pela Unica. O Brasil todo produzirá 38 milhões de toneladas, segundo a Datagro.

A consultoria prevê ainda que a cana, termos acumulados, renderá 139,2 quilos de ATR (açúcar contido na cana) por tonelada, ante os 130,25 kg da safra passada.

Usina atrasa entrega de energia, mas ainda aposta em cogeração – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios- 24/05/2010

Mais da metade das usinas sucroalcooleiras que contrataram energia no leilão de reserva de 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estão com a entrega de 2010 atrasada. Segundo a agência reguladora, são projetos de 15 indústrias com problemas nas próprias obras ou que aguardam pela conclusão das linhas de transmissão e distribuição.

Apesar do atraso, o setor mantém a projeção de avançar nos investimentos em cogeração. No próximo leilão de reserva de biomassa, por exemplo, que deve ocorrer em agosto, 55 projetos de usinas estão cadastrados a participar, segundo a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica). Essa adesão inicial é 56% maior do que os 31 empreendimentos que participaram da primeira oferta pública do gênero, em 2008.

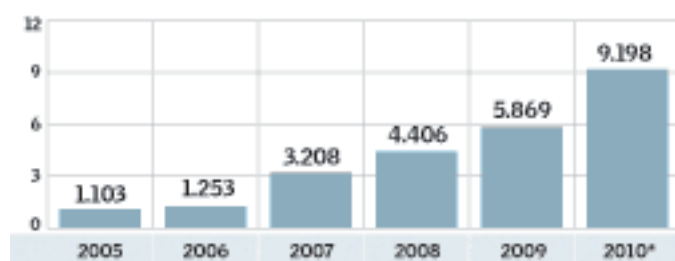
O mercado estima que esses projetos cadastrados devem absorver investimentos de R\$ 8,5 bilhões até serem concluídos. A estimativa é de que eles grem juntos 3.518

megawatts (MW), ou seja, uma oferta de energia 50% maior do que a contratada no leilão para entrega neste ano, por exemplo.

Em alta

Usinas de cana elevam venda de energia ao sistema elétrico

■ Volume de energia (GWh)



55

é o número de projetos cadastrados para participar do leilão de biomassa

Fontes: Ministério de Minas e Energia e Unica. * Previsão

Mas, paralelamente, o setor corre contra o tempo para realizar as entregas de energia de 2010, que começaram a vencer em abril. Frederico Rodrigues, superintendente de estudos de mercado da Aneel, esclarece que o problema que causou o adiamento não está somente nas usinas.

Também houve atraso no cronograma da construção de linhas de transmissão e distribuição que farão essa energia sair da usina e transitar no sistema elétrico nacional. "Há linhas construídas especialmente para receber a energia de usinas, e ficarão prontas apenas em outubro", diz Rodrigues.

Em despacho do dia 3 de maio, a Aneel determinou a retenção do depósito das parcelas referentes ao pagamento desta energia cuja entrega está atrasada. O despacho tem como base relatório de fiscalização da agência que verifica, projeto a projeto, as condições de conclusão do empreendimento. Estão acordadas para este ano a entrada de 2.130 MW, mas projetos que somam 1.230 MW, ou seja, 57,7% do total, já estão atrasados e tiveram retidos pagamentos que somam R\$ 20 milhões, segundo a Aneel.

Os contratamentos dos empreendedores, ou seja, das usinas, deveram-se, em grande parte, às dificuldades de crédito trazidas pela crise mundial a partir de meados de 2008. Postergações atingiram toda a cadeia, inclusive as empresas que fornecem equipamentos de cogeração, segundo o assessor de bioeletricidade da Unica, Zilmar José de Souza.

Especialista em projetos de cogeração e sócio da FG Agro, Marcelo Nishida, acrescenta que outro obstáculo é que a maioria das unidades industriais desperta muito tardiamente para a necessidade de adequar o empreendimento de cogeração ao marco regulatório e à interligação ao sistema nacional.

A despeito desses reveses, a perspectiva da Unica é de que a entrega de energia cogorada a partir do bagaço de cana salte dos 5.869 gigawatts/hora (GW/h) em 2009 para 9.198 GW/h até o fim deste ano. Se cumprida a meta, o volume equivalerá a quase 10% da energia gerada em 2009 pela usina Itaipu, segundo compara o assessor da Unica.

Das 437 usinas sucroalcooleiras em funcionamento no Centro-Sul, apenas 22% exportam energia elétrica para o sistema nacional, o que mostra, na avaliação de Souza, o potencial de expansão desse segmento. As 100 unidades industriais que venderam energia no ano passado exportaram 670 MW médios, cerca de 7% da geração de Itaipu.

O aumento do interesse por projetos de cogeração se deve, em parte, segundo o assessor da Unica, às garantias de mercado e remuneração trazidas pelos leilões governamentais de reserva de energia de biomassa. "O setor saiu da crise e vai agora manter esse ciclo de investimentos", acredita. Também pesa a favor a nada desprezível receita trazida pela venda desse insumo. Segundo cálculo da FG Agro, a cogeração é responsável por um terço da geração de caixa das usinas.

Usinas no foco da Allianz Seguros – Fernando Lopes e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/05/2010

Apesar de ainda depender da consolidação de instrumentos de apoio dos governos federal e estaduais para deslanchar no país, o mercado de seguro rural continua a atrair uma demanda crescente e, com isso, a animar as seguradoras a ampliar as apostas no segmento.

Mais um exemplo desse movimento é a Allianz Seguros. Braço do Grupo Allianz SE no Brasil, a empresa vem reforçando seu cardápio de alternativas para o campo e, dadas as perspectivas favoráveis, transformou o etanol em "garoto-propaganda" desse fortalecimento.

A partir de um conjunto de apólices que cobre desde a construção de uma unidade de produção sucroalcooleira até os canaviais próprios dos usineiros, a Allianz acredita que poderá acelerar seu avanço no ramo rural, que representa de 5% a 6% do faturamento da seguradora no país - que somou R\$ 2,25 bilhões em 2009.

"O mercado de seguro rural no país vem praticamente dobrando todos os anos desde 2004. Ainda há limitações, mas [o segmento] está amadurecendo", diz Luiz Carlos Meleiro, superintendente de Agronegócios da Allianz Seguros. A companhia já oferece seguro para grãos e promete entrar em frutas em 2011.

As limitações às quais Meleiro se refere estão nos recursos disponíveis para irrigar o programa federal de subvenção ao prêmio do seguro rural, que chega a subsidiar até 70% do custo do contrante, dependendo do produto e da região, e na demora na criação do novo fundo de catástrofe, que tramita no Senado.

No caso do programa federal de subvenção ao prêmio, mostra balanço fechado na semana passada, foram pagos em 2010 R\$ 11,5 milhões (1,2 mil apólices subsidiadas), de um orçamento que prevê R\$ 238 milhões em todo o ano.

No mercado, estima-se que exista procura para pelo menos R\$ 460 milhões em subsídios. Meleiro, particularmente, calcula que a demanda é de R\$ 650 milhões a R\$ 700 milhões.

Em 2009, o orçamento inicial reservou R\$ 182 milhões ao programa federal, mas a pressão pela elevação de recursos agregou mais R\$ 90 milhões. Apesar de aprovado há meses, o valor adicional ainda não está disponível. Programas estaduais de subsídio também estão crescendo, e alguns deles podem ser associados ao federal, ampliando o benefício.

Meleiro aguarda para os próximos meses a criação do fundo de catástrofe, que deverá partir com R\$ 2 bilhões do Tesouro. Substituto do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, a ferramenta ajudará as seguradoras a honrar seus compromissos em casos de disparada na taxa de sinistralidade por conta, sobretudo, de adversidades climáticas agudas.

"A nova lei de catástrofe é um marco, mas sua regulamentação realmente é difícil", admite o executivo. Culturas e regiões de produção com características distintas colaboram para complicar o processo.

Mas, mesmo enquanto esperam o fundo, as seguradoras já têm em grandes resseguradoras parceiras mais interessadas no segmento.

Bayer identifica gene que eleva rendimento da cana – Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 27/05/2010

Após uma década de pesquisas, a Bayer CropScience identificou um gene capaz de elevar o percentual de Açúcar Total Recuperado (ATR) - matéria-prima para produção de açúcar e etanol - na planta da cana-de-açúcar. Com a descoberta, a empresa decidiu apostar na tecnologia transgênica para cana, em parceria com o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba. Juntos, a múlti e o CTC apresentarão o novo evento geneticamente modificado ao Conselho Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 2015, para colocar no mercado o produto comercial em meados de 2018.

Conforme as pesquisas feitas pela empresa até agora, a nova variedade transgênica de cana será capaz de elevar entre 30% e 40% a quantidade de ATR por hectare plantado. Na prática, será possível produzir mais em uma mesma área de cana, reduzindo o percentual de água da planta e aumentando o de ATR.

"Há uma década pesquisamos a fermentação da cana e as aplicações na energia renovável. Fizemos os testes em laboratórios e encontramos no CTC um parceiro que possui o maior e melhor banco de germoplasma", diz Marc Reichardt, presidente da Bayer CropScience para a América Latina.

Segundo o executivo, o foco da Bayer nos próximos anos estará voltado para o Brasil, já que o país é o que está mais desenvolvido tecnologicamente na produção de cana-de-açúcar. "Apesar disso, pensamos em levar essa tecnologia para outros países produtores pelo mundo", afirma.

Do ponto de vista mercadológico, Reichardt estima que a nova variedade desenvolvida pela Bayer ocupará entre 20% e 30% da área plantada no Brasil a partir de 2020. Na avaliação de Nilson Boeta, diretor do CTC, é possível que a variedade ocupe 50% da área cultivada no Brasil quando o projeto atingir sua maturidade. "Somos um pouco mais otimistas que a Bayer. Hoje temos no país quase 7 milhões de hectares e acreditamos que a área chegará a 10 milhões em 2020", diz Boeta.

Pelo acordo, o CTC oferecerá seu banco de germoplasma e a Bayer entrará com a tecnologia que desenvolveu. Os trabalhos de pesquisa de campo serão feitos pelo CTC, em Piracicaba, e pela Bayer, em Paulínea. Os aspectos comerciais da parceria, como a divisão dos royalties sobre o uso da tecnologia, ainda não foram definidos. "A venda das variedades permitirá ganhos para todos, mas ainda não foi definido como será a divisão", informa o diretor da CTC.

A empresa não revela de qual organismo o gene foi identificado, isolado e retirado para ser inserido na cana, nem quanto foi investido para se chegar até ele ao longo dos últimos anos. A Bayer revela apenas que foi de um organismo do reino vegetal e que entre 2008 e 2012 serão aplicados € 750 milhões em pesquisas na área de biotecnologia para todas as culturas.

Tecnicamente falando, a cana é composta de 20% de fibras (bagaço), 65% de água e 15% de açúcares. Com a inserção do gene a planta passaria a ter os mesmos 20%

de fibras, 60% de água e 25% de açúcares, que serão produzidos a partir da maior captação de gás carbônico do ambiente. "A quantidade de açúcares na planta da cana tem um limite devido à instabilidade em sua capacidade de armazená-los. O que esse gene faz é permitir que a planta tenha uma capacidade maior de estocagem desses açúcares dentro dela, tornando a produção mais estável", afirma André Abreu, gerente da unidade de biotecnologia da Bayer.

A expectativa é de que a variedade seja destinada à produção de etanol, pois nessa cultivar modificada a quantidade de ATR não oscila conforme o ciclo de chuvas. "As usinas poderão começar a moagem da safra mais cedo e terminar mais tarde exatamente por conta dessa características", diz Abreu.

Planos da China de investir no cerrado nordestino começam a virar realidade – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 27/05/2010

Um negócio da China. É o que esperam fazer o governo da Bahia e o primeiro grupo de investidores chineses que finalmente se prepara para desembarcar no oeste do Estado. Depois de muitas especulações sobre o interesse de estrangeiros na região - que se destacou nas últimas décadas como uma das últimas "novas" fronteiras agrícolas do país, junto com o cerrado de Maranhão, Piauí, Tocantins ("Mapito") -, o Pallas International assinou com o governo um protocolo de intenções para se instalar no oeste baiano com o objetivo de produzir grãos para exportação e também atuar no segmento de bioenergia, em parceria com produtores locais.

Em princípio, o grupo chinês, formado por investidores privados, mas sempre com a presença do governo da China como sócio, está interessado em adquirir entre 200 mil e 250 mil hectares de terras tanto no oeste do Estado quanto na região do Mapito. Discretos, mas decididos e, principalmente, capitalizados, os chineses passaram por Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, conheceram o potencial produtivo da região e já consideram a possibilidade de instalar uma indústria de processamento de grãos na Bahia para a produção de biodiesel a partir do processamento de soja, algodão, girassol e mamona.

"Para os chineses, a área de agroenergia é um setor de grande interesse. Eles precisavam da assinatura desse protocolo para acelerar a parte burocrática dentro da China e dar andamento no processo de investimento", comemora Eduardo Salles, secretário de Agricultura da Bahia.

Tão ou mais discretos que os chineses são os estrangeiros que já estão instalados e produzindo na fronteira agrícola. O **Valor** apurou que americanos, holandeses, portugueses e japoneses já fazem parte do cotidiano de Luís Eduardo Magalhães e arredores. São pelo menos dez empresas de médio e grande porte, cultivando principalmente algodão, soja e milho. Já conhecidos pela população local, eles são arredios à entrevistas.

"O governo já fica em cima da gente sem que haja exposição na imprensa", disse um produtor americano, que preferiu não dar mais detalhes sobre seus negócios na região. Circulando pelas ruas sem semáforos de Luís Eduardo Magalhães, ora asfaltadas, ora não, a reportagem entrou em contato com pelo menos outros quatro grupos, e a resposta foi sempre a mesma. Prevalece o receio de um aumento excessivo da fiscalização dos órgãos trabalhistas, ambientais e fiscais.

Ao longo da BR-242, que corta toda Luís Eduardo e termina no litoral de Salvador, pelos menos três hotéis de alto padrão costumam receber os estrangeiros que

visitam a região. "Sempre tem alguém por aqui falando outra língua. Desde janeiro estamos lotados para a primeira semana de junho, quando começa nossa feira [Bahia Farm Show] e muitos dos quartos são para estrangeiros", revela a recepcionista de um desses hotéis.

Não é à toa que grupos como o Pallas e outros estrangeiros estão atentos às oportunidades no "Mapito-BA" e dispostos a investir, principalmente na aquisição de terras. Estimativas do mercado dão conta que exista no mundo aproximadamente US\$ 20 bilhões disponíveis para compra de terras agrícolas em todas os países, sendo que pelo menos US\$ 5 bilhões teriam como destino certo o Brasil.

"Os estrangeiros enxergam uma oportunidade de investimento e o Brasil é uma das melhores opções, pois em países como Colômbia e Paraguai, além da África e do Leste Europeu, a insegurança institucional ainda é muito grande. O interesse desses investidores é enorme no Brasil, especialmente no Mapito e no oeste da Bahia", diz Fernando Jank, diretor geral da Tiba Agro, empresa brasileira que trabalha na captação de recursos estrangeiros para compra de terras no país e que já possui aproximadamente 320 mil hectares nessa região.

O interesse não é por acaso. O cerrado nordestino e do Tocantins está pelo menos mil quilômetros mais próximo do porto que o de Mato Grosso e ainda tem terras mais baratas. Na região de Sinop, norte mato-grossense, o preço médio do hectare é 30% superior à média do "Mapito-BA". Na "nova" fronteira, ainda é possível comprar um hectare por cerca de R\$ 5 mil.

Esses investidores estão de olho em 20 milhões de hectares disponíveis para a agricultura, que estão fora do bioma amazônico e não são áreas de pastagem. Desse total, a estimativa é que pelo menos 4 milhões de hectares sejam divididos por 15 grandes grupos, entre investidores estrangeiros e empresas nacionais profissionalizadas, interessados tanto na aquisição de terras para investimento quanto na produção de grãos e fibras.

Levantamento feito pelo **Valor** mostra que essas empresas já possuem pelo menos 2 milhões de hectares, a maior parte deles no Mapito e no oeste baiano, mas também em terras em Mato Grosso. "Esse tipo de empresa possui recursos para abrir áreas onde é possível, investir, mas tem interesse de sair do negócio em algum momento. São empresas que trazem organização para o agronegócio em vários aspectos, inclusive o ambiental, pois não entram em áreas irregulares", diz Flávio Inoue, presidente da Sollus Capital, empresa formada por investidores americanos e brasileiros e que ampliará suas terras dos atuais 35 mil para 80 mil hectares ainda neste ano.

De modo geral, existem dois grupos de investidores. O primeiro, geralmente formado por fundos interessados em aplicações de longo prazo na aquisição de terras baratas para torna-las produtivas e ganhar na valorização e um segundo interessado em terras para produção.

Biodiesel

MDA concede Selo Combustível Social a três empresas produtoras de biodiesel –
MDA – 28/05/2010

28/05/2010 09:43

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) concedeu, nos últimos dias, o [Selo Combustível Social](#) para três empresas produtoras de biodiesel: Olfar, Bsbios e Biotins. Com isso, somam-se 31 indústrias que possuem o Selo, concedido às empresas de biocombustíveis que promovem a inclusão social da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. Juntas, estas usinas respondem por mais de 90% da produção total do País.

Segundo o coordenador do Programa de Biodiesel pelo MDA, Arnaldo de Campos, 80% dos totais adquiridos nos leilões são destinados às empresas que possuem o Selo Combustível Social. “É um mercado privilegiado para quem tem o Selo. Para os agricultores familiares é a garantia de comercialização da sua produção em condições previamente negociadas”, analisa.

Para o coordenador, o Selo garante a participação dos representantes da agricultura familiar em todas as negociações de preços, condições de entrega, assistência técnica, bonificações, entre outras questões tratadas entre eles. “Esse empoderamento da agricultura familiar cria melhores condições de comercialização e, por consequência, de renda para os participantes”, destaca Campos.

Cumprimento do Selo

O MDA tem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento do Selo Combustível Social e, para isso, conta com uma equipe de campo e de trabalhos internos, um sistema de informações e dados, que são acompanhados frequentemente. “Com isso, o Ministério acompanha, avalia e atua em tempo real na defesa do Selo e na promoção do seu cumprimento”, afirma.

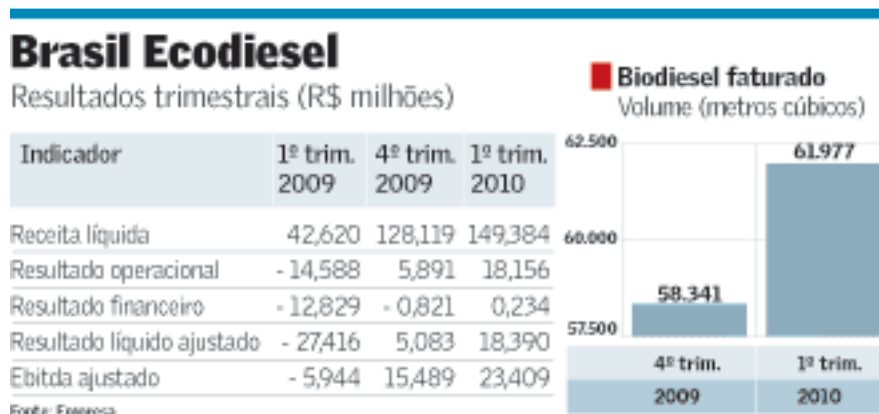
Em março de 2010, o MDA suspendeu a concessão do Selo de seis unidades produtoras de biodiesel em decorrência do não cumprimento dos critérios que preconizam a inclusão da agricultura familiar na matriz energética brasileira.

"Nova" Brasil Ecodiesel volta ao azul e prevê investimentos – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 20/05/2010

A Brasil Ecodiesel espera ter escrito, nos últimos meses, as primeiras linhas de um novo capítulo em sua curta e turbulenta história. Criada em 2003 para ser a principal "âncora" privada do programa brasileiro de mistura de biodiesel no diesel mineral, a empresa, que abriu o capital em 2006, já esteve nos píncaros da glória e no fundo do poço, de onde começou a sair no segundo semestre de 2009 em busca de seus melhores dias - ou, pelo menos, de dias melhores.

Após a profunda reestruturação operacional, financeira e societária do ano passado, quando bancos credores tornaram-se controladores, houve uma capitalização de R\$ 420 milhões e dívidas de R\$ 340 milhões foram reduzidas e alongadas, a companhia encerrou o primeiro trimestre de 2010 no azul e passou a prever inclusive

investimentos na expansão de sua capacidade de produção, ainda que duas de suas seis unidades de produção sigam praticamente paradas e estejam fora do jogo.



"Buscamos um novo padrão e uma nova imagem", afirma Mauro Cerchiari, presidente da Brasil Ecodiesel. O próprio executivo é parte da reestruturação. Após deixar a International Paper e atuar por um ano como consultor da área de biocombustíveis, Cerchiari assumiu o posto em agosto. No quarto trimestre de 2009, a Brasil Ecodiesel voltou ao azul, e houve ganhos também entre janeiro e março deste ano.

Conforme balanço enviado à CVM na semana passada, a companhia encerrou o primeiro trimestre de 2010 com lucro líquido ajustado de R\$ 18,4 milhões, ante prejuízo de R\$ 27,4 milhões em igual intervalo do ano passado. A receita líquida mais do que triplicou na comparação, para quase R\$ 150 milhões, e o Ebitda ajustado também foi positivo (R\$ 23,4 milhões). O volume de biodiesel faturado se aproximou de 62 mil metros cúbicos, 6% maior que entre outubro e dezembro de 2009.

Pioneira no mercado, a Brasil Ecodiesel chegou a abocanhar mais de 40% das vendas nos leilões que o governo promove para comprar o biocombustível e garantir o sucesso do programa de mistura no diesel, que desde janeiro prevê um percentual de mistura de 5%. Mas o aprendizado custou caro, com reflexos que ainda hoje influenciam os rumos da empresa, como admite Cerchiari. No auge, em meados de 2007, a ação da companhia atingiu R\$ 10,88; em outubro de 2008, o valor chegou a cair a R\$ 0,43, e hoje está um pouco abaixo de R\$ 1, segundo o Valor Data.

O processo de busca de matérias-primas para a produção de biodiesel, por exemplo, mostrou-se um enorme desafio para as companhias do segmento. A fonte preferida continua sendo o óleo de soja, e o uso de culturas como a mamona, a preferida pelo presidente Lula por integrar a agricultura familiar à cadeia, mostrou-se pouco competitivo sem um forte apoio oficial - leia-se subsídios. A mamona não foi esquecida, mas recentemente o governo lançou um programa para incentivar o uso do óleo de palma, sobretudo no Norte e Nordeste, também com o objetivo de atrair os pequenos.

"Um dos pilares do programa nacional do biodiesel é a agricultura familiar, e continuará assim. Mas o segmento ainda busca melhores formas de garantir a utilização de culturas alternativas. Acreditamos que será preciso haver incentivos diferenciados na medida que as fontes para a produção aumentarem", diz.

Cerchiari lembra que os percentuais obrigatórios de compra de matérias-primas da agricultura familiar pelas empresas que produzem biodiesel já foram reduzidos pelo governo. No Sul e no Nordeste, caíram para 30%. No Centro-Oeste, está em 10%. Em 2007, antes das reduções, duas unidades da Brasil Ecodiesel - localizadas em Itaqui (MA) e Iraquara (BA) - tiveram o Selo Combustível Social suspenso. A empresa

contesta a suspensão promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na Justiça, e, paralelamente, trabalha com o ministério para equacionar melhor a questão.

As duas fábricas estão entre as quatro que receberão investimentos em expansão este ano - as outras são em Porto Nacional (TO) e Rosário do Sul (RS). Conforme Cerchiari, os aportes, ainda em fase de definição, poderão totalizar R\$ 20 milhões em 18 meses e elevar a capacidade de produção da empresa em até 25%. Hoje, a capacidade anual é da ordem de 500 mil metros cúbicos. "Mas nosso foco principal é redução de custos, não expansão". Nesse sentido, a companhia também estuda uma nova destinação para uma área de 42 mil hectares espalhadas pelos Estados do Ceará, Piauí e Bahia, originalmente adquirida para o plantio de mamona e onde já houve experiência com pinhão-manso.

Apesar de os desafios serem grandes, Cerchiari acredita que a Brasil Ecodiesel terá um bom 2010, capaz de melhorar o posicionamento da empresa em um mercado que certamente passará por um processo de consolidação. Atualmente, as dez maiores companhias do segmento - são cerca de 60 no total - já dominam 70% da produção e das vendas.

Etanol

A matriz energética Brasileira – José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2010

O governo federal publicou recentemente (em 4/5) o Plano Decenal de Expansão da Energia 2019, que faz projeções sobre o crescimento da produção de energia no País e os caminhos que esse crescimento, provavelmente, vai seguir. É um documento importante porque é com base nele que são feitos os leilões para a construção de novas usinas e outros empreendimentos da área energética.

Os planos anteriores do atual governo (desde 2002) receberam sérias críticas porque estavam levando o País a abandonar uma matriz energética limpa, como se viu nos leilões de energia nova nos últimos anos. Esses leilões deram como resultado um aumento significativo da geração de energia elétrica por meio de usinas termelétricas, queimando carvão e óleo combustível, o que reduziria significativamente a participação porcentual de energias renováveis (de hidrelétricas, biomassa e usinas eólicas).

O novo plano tenta corrigir alguns –mas não todos– desses desvios.

Uma importante correção é que ele indica “a retomada da participação de fontes renováveis na matriz elétrica a partir do ano 2014, em detrimento das fontes baseadas em combustíveis fósseis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das fontes de geração”.

A orientação do plano anterior (2008-2017) é, pois, abandonada e o novo não prevê nenhuma expansão da geração com carvão, gás e óleo combustível além de 2013. A expansão deverá ocorrer com a biomassa (geração com bagaço da cana), usinas eólicas e hidrelétricas. O governo, que estava realmente na contramão da História, volta ao caminho correto. É uma vitória do bom senso!

A razão dada para esse resultado, segundo as autoridades do setor, na ocasião, foi a de que o governo encontrou sérias dificuldades na área ambiental para licenciamento de grandes usinas hidrelétricas. Sucede que há inúmeros outros aproveitamentos possíveis na Amazônia que criariam problemas ambientais menores, mas o governo negligenciou a execução de levantamentos hidrográficos necessários para alinhar essas usinas.

O novo Plano Decenal, contudo, mostra claramente que as autoridades responsáveis se deram conta de que estavam no caminho errado e tentam agora corrigir esses erros. Até 2019 é prevista a construção de cerca

de 30 milhões de megawatts hidrelétricos (incluindo Belo Monte).

Há, porém, outras correções que o plano de expansão da energia elétrica ainda não absorveu, apesar dos esforços que vários especialistas têm feito para esclarecer as autoridades.

O novo Plano Decenal – como os anteriores – não dá a importância devida ao papel que a eficiência energética, isto é, a racionalização do uso de energia (em todas as formas) poderia ter no País. O que ele prevê são economias de energia de menos de 5% em 2019 (em 2010 ela é de apenas 1%), apesar de a experiência

internacional mostrar que se poderia economizar muito mais, sem abrir mão dos confortos que a civilização moderna nos oferece. A União Europeia, por exemplo, estaria consumindo 50% mais energia se não tivessem sido adotadas sérias medidas de conservação energética algumas delas são o uso de geladeiras mais eficientes, automóveis com maior quilometragem por litro de combustível e muitas outras, relativamente simples, que são bem conhecidas e testadas na prática.

É bem verdade que o consumo de energia per capita dos brasileiros ainda é baixo e precisa crescer, ao passo que o consumo per capita dos europeus é muito alto. O que é equivocado, contudo, é a ideia de que o Brasil precisa atingir o nível de consumo da Espanha ou da Itália nos próximos 10 ou 15 anos. O clima desses países tem invernos mais severos do que o nosso, de modo que o aquecimento residencial (que quase não existe no Brasil) representa um componente importante no consumo.

Além disso, nada impede que, ao crescer, o Brasil incorpore as melhores tecnologias existentes, de que necessitamos para nosso conforto, com menor consumo de energia, evitando ter de fazer reformas e substituições mais tarde, como acontece usualmente. Só para dar um exemplo, uma casa construída com técnicas modernas, usando iluminação e aquecimento solar, consome 25% menos energia do que uma casa tradicional.

O governo Fernando Henrique Cardoso entendeu bem esse problema ao fazer aprovar em 2001, no Congresso Nacional, uma lei autorizando o Poder Executivo a proibir a produção e comercialização de produtos de consumo que consumissem mais do que uma certa quantidade de energia. A lei só foi regulamentada em fins de 2008 e o governo Lula perdeu uma magnífica oportunidade de racionalizar a matriz energética brasileira. Tudo o que foi feito até agora foi uma campanha de esclarecimento sobre o consumo de energia de equipamentos de uso doméstico, como geladeiras. O que o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), do Ministério de Minas e Energia, fez foi classificar as geladeiras em categorias (melhores e piores), dando ao consumidor a opção voluntária de escolher entre elas, e só recentemente proibiu a fabricação das piores.

Com uma ação efetiva na área de conservação de energia, menos eletricidade será necessária, de modo que as usinas cujo licenciamento ambiental seja muito controvertido poderiam ser adiadas.

Uma consideração que deveria ser levada em conta, neste caso, é que usinas hidrelétricas podem também regularizar a vazão dos rios para evitar enchentes e armazenar água para períodos de seca. Como desde 1986 o volume de água armazenado nas represas brasileiras deixou de aumentar, essa foi a razão básica dos problemas da falta de energia em 2001.

Ninguém deseja que isso torne a acontecer.

Energia e soberania – Luis Gonzaga Bertelli – Estado de São Paulo – Economia – 20/05/2010

As nações mais desenvolvidas possuem adequado planejamento energético, com elaboração da matriz e balanço, assegurando, dessa forma, o suficiente para o seu desenvolvimento e prosperidade. Por outro lado, as nações mais pobres constituem aquelas que não possuem a energia indispensável, a fim de promover a sua evolução.

A energia é fundamental e imprescindível para diminuir as desigualdades econômicas e sociais, assegurando a soberania dos povos.

A situação brasileira de energia não foge dessa realidade. Hoje, o Brasil possui um potencial energético abundante, contrastando com cenários de oferta limitada e escassez de outros países.

Consoante os estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nos próximos 25 anos a demanda energética da América Latina será 75% maior. Na matriz energética latino-americana, predominam os combustíveis fósseis (petróleo e gás natural).

Quando se examina o uso de energia em todo o mundo, o crescimento foi de 2,5% em 2009, um pouco acima da média registrada na última década. Com exceção da nuclear, todas as demais energias tiveram queda no seu aproveitamento. Os asiáticos aumentaram em 5% o consumo, enquanto os norte-americanos diminuíram cerca de 1%.

Continuando a liderança na produção e exportação de petróleo, a Arábia Saudita e a Rússia. Em seguida, a Noruega, o Irã, outros países do Oriente Médio, México, Venezuela, Nigéria e Angola. Nos dias atuais, o aproveitamento do petróleo mundial é da ordem de 85 milhões de barris diários, o que representa um consumo anual de 31 bilhões de barris. A produção supera o consumo em 2 milhões a cada dia.

Se não houver aumento nas reservas provadas, superiores a 1,2 trilhões de barris, haverá petróleo para os próximos 40 anos. A produção média do Brasil é de 2 milhões de barris diários, ainda insuficiente para o atendimento de todas as suas necessidades. Pelos dados disponíveis, o potencial do pré-sal é maior que o estimado e os riscos de exploração menores, podendo o volume de produção superar 5 bilhões de barris de óleo e gás, o dobro do volume atual.

A variação nos preços do petróleo influi, decisivamente, no aumento ou na diminuição do consumo, redundando em sensíveis impactos na economia global. O conflito do Iraque não colaborou para a diminuição dos preços, pois, antes da invasão em 2003, o barril era negociado a US\$ 25 e, mais recentemente, a US\$ 90.

No Brasil, mais de 90% da geração de energia e 84% da capacidade instalada são oriundas das águas represadas dos nossos rios. O restante é complementado pelas térmicas movidas a bagaço da cana ou a gás natural, importado da Bolívia.

Estimativas relacionadas ao desenvolvimento econômico brasileiro (PIB) de 6% ao ano até 2030 evidenciam que o consumo de eletricidade precisará acrescentar mais de 3 mil megawatts (MW) anuais. Em decorrência, serão necessários investimentos de R\$ 214 bilhões e a obtenção de licenças ambientais para 182 usinas hidrelétricas já autorizadas, mas que não saem do papel.

A principal fonte nacional de eletricidade continuará sendo a hidráulica (80 mil MW) e devemos alcançar 180 mil MW até 2030, completada por outras formas de geração, principalmente pelo bagaço da cana no Sudeste e da eólica no Nordeste.

Uma tonelada de cana-de-açúcar possui energia equivalente a 1,2 barris de petróleo. Em consonância com recentes estudos, a indústria sucroalcooleira poderá produzir energia elétrica média de 14 mil MW. Para se ter ideia da dimensão desse número, a energia firmada em Itaipu é de 9.699 MW.

Para o Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, o investimento total de Belo Monte (R\$ 36 bilhões) é correspondente a R\$ 3,2 mil por KW instalado, ou seja, um custo muito próximo dos investimentos nas usinas de bagaço ou eólicas, justificando a diversificação da matriz energética nacional. O racionamento de energia elétrica, em 2001, com a duração de nove meses, apontou a imprescindibilidade dessa diversificação.

A produção nacional do etanol segue uma trajetória de constante crescimento, atingindo um volume superior a 27 bilhões de litros na safra passada de 2009/10. Em 2009, o consumo do etanol superou o da gasolina automotiva em torno de 25%. No entanto, a falta de uma política reguladora do mercado provoca oscilações de preços na entressafra e compromete a credibilidade do abastecimento.

Quando se examinam as mais complexas questões geopolíticas do mundo, o item energia está no cerne da maioria delas

Energia limpa – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 06/05/2010

O PLANO Decenal de Expansão de Energia (PDE 2019) posto em consulta pública anteontem pelo Ministério de Minas e Energia contém avanços em relação às versões anteriores. Suscita, porém, dúvidas, que precisam ser dirimidas nos próximos 28 dias -o prazo previsto para sugestões. O passo à frente está na prioridade conferida às fontes renováveis na expansão da oferta de energia compatível com um crescimento econômico de 5,1% ao ano. Graças aos biocombustíveis (álcool e biodiesel), às hidrelétricas e à biomassa, o governo projeta manter as renováveis num percentual em torno de 48% da energia total consumida no país -umas das matrizes mais limpas do mundo. É verdade que, do investimento de R\$ 951 bilhões previsto para exorcizar o espectro de novos apagões, 70% serão carregados para as áreas de petróleo e gás natural. Vivem-se, afinal, tempos de entusiasmo político desmedido com o pré-sal. São combustíveis fósseis consumidos na área de transportes e em boa parte da indústria. Sua queima lança na atmosfera carbono antes imobilizado nas profundezas da Terra, o que contribui para agravar o efeito estufa. O balanço ambiental do setor energético, projeta o governo, seria reequilibrado com um retrocesso na crescente utilização de usinas térmicas. A partir de 2013, toda a expansão se faria com usinas hidrelétricas -menos poluentes. É um quadro, entretanto, demasiado otimista, pois conta com obras ainda duvidosas. O caso mais notório é o de Belo Monte, no rio Xingu, que sozinha responderia por 11,2 mil dos 63,4 mil megawatts a serem instalados e agregados ao Sistema Integrado Nacional.

O PDE 2019 programa para janeiro de 2015 a operação de Belo Monte. São menos de cinco anos. Para uma usina tão complexa e controversa, que acabou de ser leiloada e ainda passa por recomposição do consórcio vencedor, a expectativa soa exagerada.

Minas reduz ICMS sobre etanol e eleva alíquota para gasolina – César Felício – Valor Econômico – Política – 14/05/2010

O ICMS incidente sobre o álcool etanol será reduzido de 25% para 22% em Minas Gerais. A proposta foi enviada pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa e põe fim a um contencioso antigo com o setor sucroalcooleiro. A medida entrará em vigor em 2011. A redução será compensada nas contas do Estado com o aumento do ICMS sobre a gasolina de 25% para 27%.

O governo justificou o aumento da tributação da gasolina invocando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige medidas de compensação para renúncia fiscal. Minas Gerais produz hoje 2,2 bilhões de litros de etanol por ano, 10% do consumo nacional. É o segundo maior produtor. A moagem de cana passou de 15 milhões em 2002 de toneladas para 60 milhões de toneladas previstas para este ano. Minas é importadora de 500 milhões de litros de gasolina por ano.

"Estávamos discutindo com o Estado há muito tempo a criação de um diferencial entre as alíquotas do álcool e da gasolina. Encomendamos um estudo conjunto da USP e da Universidade Federal de São Carlos, que sugeriu a criação do diferencial de cinco pontos percentuais", afirmou o presidente do Sindicato da Indústria do Alcool de Minas Gerais, Luiz Custódio Cotta Martins. O diferencial em Minas ainda é bem menor do observado no maior produtor, São Paulo, em que a alíquota do etanol é de 12% e a da gasolina, 25%.

Subsídio à cana no Nordeste gera divergência – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 26/05/2010

Uma emenda incluída na Medida Provisória nº 472 permitirá a produtores e cooperativas do Nordeste receber um subsídio direto de R\$ 5 por tonelada de cana sem a necessidade de comprovar qualquer desequilíbrio entre custo de produção e preço recebido.

Diante do que considera uma distorção da política de sustentação de preços, o Ministério da Fazenda sugerirá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva veto total à emenda negociada entre o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). A emenda teve apoio quase unânime no Congresso e contou, ainda, com forte lobby do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB).

A oposição do Ministério da Fazenda deriva do "descolamento" entre custos e preços, além da fixação de um valor considerado alto pelo governo. Em 2009, o Tesouro Nacional gastou R\$ 62 milhões em subsídios a 33,5 mil produtores. Mas a lei limitava a benesse a momentos em que os custos superavam os preços recebidos. Além disso, o valor do subsídio dependia das cotações de mercado. Era flexível, e não fixo como previsto agora pela MP 472. Se a medida for sancionada pelo presidente Lula, o Tesouro Nacional teria que desembolsar R\$ 167,5 milhões ao longo da safra para atender ao mesmo público beneficiado em 2009.

"Se um produtor colheu mil toneladas, por exemplo, ele vai ter a garantia de um cheque de R\$ 5 mil. Não importa o custo de produção nem o preço que ele recebeu da usina", argumenta o secretário-adjunto da Fazenda, Gilson Bittencourt. O custo operacional, segundo ele, subiu de R\$ 40,92 para R\$ 45 por tonelada. Mas os preços passaram de R\$ 37 para R\$ 52 no período. "Não precisa dessa subvenção agora", diz.

Precavidos, os produtores já mandaram uma carta ao presidente Lula para evitar o veto. E o ex-governador Eduardo Campos deve levar o assunto ao Palácio do Planalto. Em defesa do subsídio, os produtores argumentam que há três anos reivindicam a inclusão da cana na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mas que a Fazenda tem boicotado as negociações com o Ministério da Agricultura.

"Se for tirar entre custo e preço, a diferença fica pequena. Queremos os R\$ 5 para compensar o prejuízo que temos há quatro anos", diz o presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Gerson Carneiro Leão. "Isso é uma esmola, migalha, um Bolsa Família. Se for comparar, só um produtor de algodão de Mato Grosso recebeu, sozinho, R\$ 30 milhões de subsídio do governo".

Carneiro Leão, que preside o Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco (Sindicape), afirma que a medida beneficiará 25,5 mil fornecedores de

cana, 96% deles agricultores familiares donos de até 20 hectares. "Não somos usineiros, somos fornecedores de cana", diz. O prejuízo acumulado pelos produtores desde a safra 2006/2007 somam, segundo o dirigente, R\$ 31,84 por tonelada.

O veto do presidente Lula aos subsídios no Nordeste podem levar os produtores de cana a uma "rebelião eleitoral" contra a candidata do governo, a ex-ministra Dilma Rousseff (PT). "Vamos apelar a Lula. Se ele vetar, o prejuízo será nosso. Mas ele também vai ter prejuízo porque 98% dos produtores são eleitores da candidata dele aqui", afirma Carneiro Leão. "A gente lembra que isso só saiu no ano passado porque a ministra Dilma mandou fazer". Os produtores afirmam que o governo federal deveria seguir Eduardo Campos, que distribuiu R\$ 12 milhões em fertilizantes a pequenos produtores de cana nos últimos dois anos.

Biodiesel

Biodiesel: a necessidade de um novo marco regulatório - Juan Diego Ferrés – Valor Econômico – Opinião – 05/05/2010

A soja tem no biodiesel a oportunidade de concretizar, nos próximos anos, sua segunda revolução

O ano começou remarcando o sucesso do Programa Nacional de Produção de Biodiesel. A decisão em antecipar para este ano a mistura obrigatória de 5% de Biodiesel ao diesel - o B5 - comprova os benefícios desse biocombustível para a sociedade e a consolidação do seu setor produtivo, seja pela capacidade de produção, dos investimentos tecnológicos, da segurança e dos demais potenciais dessa indústria.

É possível avançar ainda mais. São produzidos hoje para o B5 2,4 bilhões de litros, mas a capacidade total é de 4,6 bilhões, suficiente para atender até um futuro B10, sem prejuízo às outras iniciativas, como o B20 Metropolitano. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que temos 64 usinas em operação e várias em processo de ampliação e instalação. É grande a distância entre capacidade de produção e volume passível de comercialização, levando a índices insustentáveis de ociosidade. É preciso consolidar o mercado consumidor e conferir vazão a esse potencial que já faz do Brasil o segundo maior produtor de Biodiesel do mundo.

O governo acertou no início desse processo. No entanto, após o B5 não há qualquer marco regulatório previsto para o aumento do percentual. Para mudar isso é preciso alterar a lei 11.097/05.

Uma das alternativas seria o incremento trimestral de 1%, mantendo o gradualismo que garante a segurança na distribuição. Além disso, o B20 Metropolitano, que melhora a qualidade do ar nas grandes cidades, paralelamente com medidas que viabilizem as exportações, com quebra de barreiras tarifárias ou adoção de políticas compensatórias, poderá agregar escala e produtividade, reduzindo o custo futuro de produção do Biodiesel.

A evolução para percentuais mais elevados da mistura torna-se urgente e indispensável para potencializar os efeitos benéficos do Biodiesel. Além de deixar o ar livre de gases nocivos à saúde, no que se refere às mudanças climáticas é mais um passo para a sustentabilidade da nossa matriz energética.

O biodiesel brasileiro recebeu da Agência Americana de Meio Ambiente (EPA) o reconhecimento de evitar 57% das emissões de carbono. Um trunfo para o Brasil, que coloca o Biodiesel no pódio global dos biocombustíveis renováveis da atualidade.

No aspecto social, fortalece a agricultura familiar, aproveitando as aptidões regionais, apoiando culturas alternativas. O objetivo é estimular a produção de novas oleaginosas em áreas até então pouco atrativas à agricultura, como é o caso do semiárido.

Para isso o Governo criou o Selo Combustível Social, que promove a inserção da agricultura familiar e sua participação indireta nos grandes leilões. Hoje, mais de 30 usinas compram matéria prima do pequeno produtor e disponibilizam a ele assistência técnica, sementes, entre outros.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a cada 1% de biodiesel são criados 45 mil empregos provenientes da agricultura familiar, gerando renda de cerca de R\$ 5 mil por agricultor.

Um novo marco regulatório beneficiará também o mercado da soja no país. Se apenas o incremento de 10,5 milhões de toneladas previsto para a safra 2009/2010 fosse esmagado, já teríamos disponibilidade de óleo para dobrar de B5 para B10.

Hoje, quase metade da soja é exportada in natura e junto com ela vão as oportunidades de geração de divisas e empregos. Com o B10, parte dessa exportação ficará no Brasil para ser usada pela indústria, gerando postos de trabalho e riquezas.

Além disso, afasta-se a possibilidade da "crise da abundância" - quando não há mercado suficiente para o aumento da produção e a queda dos preços cria um impasse na remuneração dos produtos agrícolas. O B10 traria tranquilidade aos agricultores e o setor esmagador resolveria sua alta ociosidade.

Cai por terra também a teoria de competição entre alimentos e biocombustíveis. Vale dizer que para cada litro produzido resulta em quatro vezes mais proteína utilizada como ração animal e que volta para o homem em forma de carnes e lácteos, além de parcela crescente de proteína processada diretamente pela indústria de alimentação.

Não deveriam surpreender eventuais críticas tão naturais ao ambiente democrático, mas sim, o constrangimento com que alguns técnicos do governo tentam respondê-las. Dois pontos desse desconforto são tão visíveis quanto injustificáveis. O primeiro aponta a preponderância da soja dentre as matérias-primas, em contraposição à diversificação gradual e progressiva.

Com isso, o governo deixa de festejar e, pior, o país deixa de aproveitar da melhor forma uma das grandes riquezas da Nação. A soja, que mereceu investimentos

nos últimos 40 anos, tem no biodiesel a oportunidade de concretizar, nos próximos anos, sua segunda revolução.

Constatados os efeitos incomensuráveis da sua primeira revolução e observando as dificuldades óbvias enfrentadas pelo governo no desejo de ver acelerado o desenvolvimento das novas cadeias de produção, deveríamos vencer os preconceitos e reformular conclusões para captar esses benefícios potenciais, transformando-os em realidade.

O segundo é o custo do biodiesel como empecilho ao B10. Os grandes fóruns - que analisam com profundidade essas questões - são unânimes ao defender a progressão, considerando as questões econômicas na maior amplitude e abrangência possível, ponderando todos os efeitos diretos e indiretos.

Diante disso restaria indagar: se fosse o contrário, por quais motivos então estaríamos festejando o sucesso do B5?

Quais desses motivos listariam e que não valeriam para também justificar a superação da barreira do B5 e começar a progredir logo para o B10? Por essas e outras razões o biodiesel se mostra cada vez mais como o combustível da oportunidade que o Brasil não pode perder!

Juan Diego Ferrés é presidente do Conselho Superior da União Brasileira do Biodiesel - Ubrabio.

Governo tenta turbinar óleo de palma – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 05/05/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia amanhã, em Tomé-Açu (PA), um plano de estímulo ao plantio de dendê e à produção de óleo de palma no país, commodity de múltiplos usos industriais cuja demanda mundial triplicou nos últimos dez anos. O plano "Palma Verde" inclui medidas de contenção da expansão desordenada do dendê por meio de um zoneamento agroecológico (clima e solo) e controle por satélite sobre o plantio, mesmo em áreas desmatadas legalmente após 2008.

Preocupado em evitar uma corrida imobiliária e desmatamento da floresta, o governo enviará ao Congresso um projeto de lei para restringir o cultivo de dendê a 31,8 milhões de hectares de "áreas aptas". Mesmo assim, apenas 13,6% dessa área será liberada para produção. O governo quer induzir o plantio em áreas degradadas da região Norte e como substituto da cana-de-açúcar no Nordeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Agropalma lidera

Plantio de palma no país (hectares)

Empresa	Estado	Área plantada (hectares)	Meta de expansão (hectares)
Agropalma	Pará	36.000	14.000
Biobrax	Bahia	500	4.500
Biocapital	Roraima	600	5.000
Biopalma	Pará	5.000	-
Cepiac/Petrobras	Bahia	-	1.000
Codenpa/Denpasa	Pará	3.000	5.000
Dentauá	Pará	4.000	6.000
Enerbio	Rondônia	-	25.000
PBIO + Galp	Pará	-	75.000
Marborges	Pará	5.000	6.000
Opalma	Bahia	6.000	-
Palmasa	Pará	1.000	4.000
Rio Negro	Pará	500	5.000
Yossam	Pará	5.000	5.000
BioVale	Pará	-	80.000
Pequenos produtores	Pará	200	-

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

Mas se a área tiver vegetação nativa, ficará proibida de cultivar dendê por tempo indeterminado. "Só pode plantar em área aberta antes de 2008", afirma a subchefe-adjunta da Casa Civil da Presidência, Tereza Campello, ao **Valor**. "Quem está comprando terra para isso, pode desistir. Compre área aberta ou já degradada. Do contrário, saberemos. Teremos controles muito duros via satélite".

Um exemplo: em Mato Grosso, Pará e Rondônia, onde já existem zoneamentos estaduais, é possível plantar em 50% da área. Mas o plano não recomendará recomposição dessas áreas com dendê, uma das principais resistências de ONGs ambientalistas ao plano. "A rentabilidade do dendê é tão alta que não é preciso abrir mais áreas. A lei é uma salvaguarda para a floresta", diz a executiva. Além disso, o governo sustenta que cada hectare de dendê sequestra 26 toneladas de carbono na atmosfera, o que o ajudará a cumprir as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

As indústrias correm atrás do "boom" no consumo mundial do óleo. Em 2008, a indústria brasileira foi obrigada a importar 63% do óleo de palma usado nos mais diversos produtos - de margarinas, biscoitos, massas e sorvetes, passando por sabões, xampus, amaciantes, detergentes, velas e resinas, biocombustíveis e óleos químicos. Em 2003, as importações foram de 18% do consumo.

Hoje, há 66,8 mil hectares ocupados por dendê, mas pelo menos 15 empresas já planejam aumentar a área plantada a 235,5 mil hectares nos Estados do Pará, Bahia, Roraima, Rondônia. Mesmo com restrições na oferta de sementes e mudas, as empresas têm olhado segurança jurídica, aptidão e volume de áreas disponíveis.

O governo argumenta que o plano antecipará as exigências do mercado mundial por uma "palma verde". Até 2015, os grandes consumidores do óleo assinaram um compromisso de não comprar dendê de áreas desmatadas após 2005. "Vamos antecipar isso em cinco anos", diz Tereza Campello.

As novas regras para o dendê também incluem restrições ao financiamento a indústrias compradoras da matéria-prima de regiões não recomendadas pelo zoneamento. Quem plantar fora disso, ou comprar de produtores ilegais, ficará sem licenciamento ambiental. Será criada uma nova linha de crédito para agricultores familiares (Pronaf Eco). As linhas de crédito, já aprovadas pelo CMN, terão juros reduzidos (2% a 6,75% ao ano), com carência de 6 anos e prazo de até 14 anos.

Mas, para ter acesso a crédito oficial, o produtor terá que firmar contrato de longa duração com a indústria, de quem terá garantia de receber a cotação internacional do dia. Também haverá garantia de assistência por 160 técnicos treinados. Serão alocados R\$ 60 milhões para programa de pesquisa para genética, sementes, infraestrutura e parcerias internacionais.

No lado social, o governo calcula que a cultura do dendê gera um emprego a cada 10 hectares - a soja geraria um a cada 180 hectares. E a renda líquida média, no dendê, seria de R\$ 2 mil, na comparação com a média local de R\$ 400 no Norte do país.

ANP realiza leilão de biodiesel – Valor Econômico – Brasil – 24/05/2010

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) vai realizar, na próxima semana, o 18º leilão de biodiesel, quando serão ofertados 600 milhões de litros do produto. O leilão ocorrerá pela internet, no site www.comprasnet.gov.br, entre os dias 27 a 29. O produto será oferecido em dois lotes, tendo como objetivo atender resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que fixa em 5% o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.

O produto deverá ser entregue entre julho e setembro deste ano. Segundo a ANP, no primeiro lote serão ofertados 480 milhões de litros de biodiesel por produtores autorizados pela agência a exercer a atividade de produção e de comercialização de biodiesel e que sejam detentores do registro especial da Secretaria da Receita Federal e do Selo Combustível Social.

Nos leilões anteriores, realizados a partir de 2006, foram comercializados 4,6 bilhões de litros de biodiesel, dos quais 3,8 bilhões são referentes aos leilões realizados a partir de 2008 - quando passou a ser obrigatória a mistura determinada pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, inicialmente de 2% de biodiesel ao diesel mineral (B2). Essa mistura inicial foi aumentada, gradualmente, até chegar aos 5%.

Etanol

Energia nuclear, meio ambiente e soberania – Samuel Pinheiro Guimarães – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/05/2010

Para entender o Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é indispensável vê-lo no contexto da questão nuclear em seus aspectos fundamentais: a guerra nuclear, a não-proliferação e o desenvolvimento tecnológico.

O centro da questão nuclear é o Tratado de Não-Proliferação (TNP). O principal objetivo desse tratado é evitar uma guerra nuclear. A principal possibilidade de guerra nuclear não pode estar, logicamente, nos países que não detêm armas nucleares, mas sim naqueles que detêm armas nucleares.

Portanto, o principal objetivo do TNP tem sido o desarmamento, a eliminação dos estoques de armas nucleares de posse dos países nuclearmente armados: os Estados Unidos, a Rússia, a China, a França e a Inglaterra.

Os países nucleares se comprometeram solenemente a eliminar (e não apenas reduzir) os seus estoques nucleares.

Há 42 anos não cumprem esse compromisso e, ao contrário, praticaram a proliferação vertical, aumentando a eficiência das armas nucleares, sua precisão, sua miniaturização.

Apesar de não terem cumprido o seu compromisso de desarmamento nuclear e de desarmamento total, os países nucleares insistiram e insistem apenas em forçar os países não-nucleares a aceitar obrigações crescentes, criando cada vez maiores restrições à difusão de tecnologia nuclear, inclusive para fins pacíficos, a pretexto de evitar a proliferação.

A questão real é que os países nucleares, ao continuarem a desenvolver suas armas e a ampliar sua eficácia – e, portanto, a intimidar os países não-nucleares em determinadas situações –, estimulam esses países a procurar se capacitar. Isso ocorreu historicamente com a então União Soviética (1949), a França (1960) e a China (1964), que acharam fundamental desenvolver sua capacidade military nuclear para servir de instrumento de dissuasão – e não de ataque, em razão do enorme desequilíbrio dos estoques.

Os Estados Unidos têm, atualmente, 10 mil ogivas; a Rússia, 13 mil; a França, 300; a China, 200; e a Inglaterra, 150. Hoje em dia, até mesmo por causa da menor possibilidade de conflito nuclear que existe entre a Rússia e os Estados Unidos, o novo argumento dos países nucleares é a possibilidade de grupos terroristas adquirirem o conhecimento tecnológico nuclear ou armas nucleares.

Esse conhecimento já existe e é disponível. A questão é a capacidade de desenvolver industrialmente as armas e os vetores para atingir os alvos. Nenhum grupo terrorista detém os vetores (mísseis, plataformas, aviões), nem a estrutura industrial para produzir o urânio enriquecido, nem a técnica para fabricar detonadores. Finalmente, a questão essencial do Protocolo Adicional. O Tratado de Não-Proliferação prevê que todos os países membros assinem Acordos de Salvaguardas com a AIEA. Os Estados nucleares assinaram “acordos voluntários”, em que submetem a inspeções poucas instalações nucleares civis e nenhuma militar. Os

demais Estados têm de submeter à inspeção todas as suas instalações nucleares. O objetivo do Acordo de Salvaguardas é verificar se há desvio de material nuclear da instalação (reatores, fábricas de enriquecimento, etc.) para outros fins, em especial militares.

O Brasil tem atividades nucleares exclusivamente para fins pacíficos, como determina a Constituição federal.

O País tem também um Acordo de Salvaguardas com a AIEA, juntamente com a Argentina, que permite aos inspetores da agência verificar as atividades das instalações nucleares brasileiras. Tudo, naturalmente, com o devido respeito à soberania nacional e aos nossos interesses econômicos.

Nos anos 1990, a AIEA, por proposta dos Estados Unidos, elaborou um modelo de Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguarda bilaterais, a ser assinado pelos países-membros, permitindo a visita de inspetores da AIEA, sem aviso prévio, a qualquer local do território nacional dos países não-nucleares, para verificar a existência de qualquer atividade nuclear, desde pesquisa, usinas nucleares até a produção de equipamentos, como ultracentrífugas e reatores.

Ora, esse Protocolo Adicional tem dois aspectos: uma violação inaceitável da nossa soberania, em especial diante da natureza notoriamente pacífica das atividades nucleares no Brasil, uma suspeita injustificada sobre os nossos compromissos constitucionais e internacionais; e um prejuízo à intromissão de atividades brasileiras na área nuclear, com graves danos econômicos.

Essa intromissão causa graves danos econômicos em razão das perspectivas que se abrem para o Brasil na produção de combustível nuclear, que estará em forte demanda no mundo nos próximos anos, dada a necessidade de enfrentar a crise ambiental.

A solução da crise ambiental no mundo passa pela reformulação da matriz energética, tanto nos países grandes emissores tradicionais, como os Estados Unidos, quanto nos de rápido desenvolvimento, como a China e a Índia. Uma das mais importantes fontes de energia, não geradora de gases de efeito estufa, é a nuclear. O Brasil tem grandes reservas de urânio, tem o conhecimento tecnológico do ciclo completo de enriquecimento do urânio e a capacidade industrial para produzir reatores, ultracentrífugas, pastilhas, etc. Ora, as ultracentrífugas brasileiras, desenvolvidas com tecnologia brasileira, são as mais eficientes do mundo e há fortes interesses de certos países em ter acesso às suas características, o que seria possível caso viessem a assinar o Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas: desnecessário, intrusivo e humilhante.

Crise na UE já afeta setor de energia renovável – Valor Econômico – Internacional – 20/05/2010

A crise europeia dá sinais de estar afetando particularmente um setor da economia: o das empresas de energia renovável.

Poucas companhias de energia solar, eólica e de outras gerações verdes seriam lucrativas sem os subsídios que recebem. E, numa hora em que governos em toda o continente estão cortando gastos como resposta à crise grega, esses subsídios vão sendo cortados.

"A incerteza na Europa é mais um peso num mercado que já é tão desafiador", disse Kathleen McGinty, que foi assessora do governo Bill Clinton e que hoje é sócia da Element Partners, uma empresa de private equity que administra US\$ 800 milhões em investimentos em energia limpa.

A ajuda às empresas de energia limpa, paga pelos consumidores em suas contas de eletricidade, vem sendo cortada pelos governos na tentativa de baixar os custos para as empresas, num momento em que procuram incentivar a atividade econômica.

No início do mês, deputados alemães reduziram em 16% os subsídios para novas fábricas de painéis de energia solar.

A indústria de energia solar da Itália estima que os subsídios para novos geradores sejam diminuídos em até um quarto em junho.

Na Espanha, o governo está oferecendo subsídios até 30% menores para novas fábricas de painéis solares. Estima-se que os subsídios para as fábricas já existentes também sejam cortados - elas foram construídas com uma expectativa de garantia de preços por 25 anos.

Segundo Vishal Shah, analista do Barclays Capital, "o risco a esses subsídios está cada vez maior" em todo o continente. "Será algo doloroso", afirmou.

Para as empresas de fora da Europa, a situação se torna pior por causa do declínio do valor do euro. Os lucros para as companhias americanas de energia limpa que vendem seus produtos para a Europa caíram 14% só neste ano.

Segundo o Barclays, a Canadian Solar, uma empresa de painéis solares baseada em Ontário, pode ter uma queda de 84% em seus lucros se o euro ficar em média US\$ 1,25 neste ano.

As empresas de painéis solares da China também estão sofrendo com a situação. "A queda do euro tem sido algo muito duro de gerenciar", disse Jerry Stokes, vice-presidente da chinesa Suntech. "O que nos ajuda um pouco é que temos fornecedores na Europa, e assim parte dos custos cai."

Os investimentos na Europa também devem ser afetados. Possíveis cortes nos preços da energia renovável "podem fazer com que posterguemos nossos planos na Espanha e levemos a produção para outros países, como China e EUA", disse Luis Blanco, diretor da Gamesa, empresa de geração de energia eólica em alto mar.

Por outro lado, a American Superconductor, fabricante de componentes de turbinas eólicas está contratando gente para seu instituto de pesquisa em Klagenfurt, Áustria. Sua margem cresceu 1,5 ponto percentual no primeiro trimestre depois que ela trocou seus contratos em euro para yuan em 2009. Cerca de metade de seus custos é em euro e a maior parte de suas vendas ocorre na China. Com o declínio do euro, as operações na Europa ficaram mais baratas.

A incerteza sobre o futuro dos subsídios está tornando mais difícil conseguir financiamento para as companhias de energia renovável. A Renovalia Energy e o grupo T-Solar Global, empresas espanholas que tinham a pretensão de se expandir no exterior, suspenderam as ofertas públicas de ações que, juntas, esperavam levantar mais de € 430 milhões.

A Solar Opportunities, empresa de investimentos de Madri, suspendeu a compra de uma empresa de energia solar do norte do país, num valor de € 130 milhões, até que o governo torne mais claro como ficarão os subsídios.

País chegou a ser referência em tecnologias para a cana – Fabiana Batista –
Valor Econômico – Agronegócios – 21/05/2010

Antes de iniciar a curva descendente, deflagrada pelo fim do apoio de Moscou, a produção açucareira de Cuba era referência mundial em tecnologia. O país detinha as melhores produtividades agrícolas, superiores até às do Brasil na época. No fim da década de 1980, quase 100% da colheita da cana em Cuba já era feita por máquinas, índice que em 2009, no Brasil, estava um pouco acima de 50% no Centro-Sul, região canavieira mais pujante do país.

Luiz Custódio Martins, um dos dirigentes do setor sucroalcooleiro que mais conhece a produção da cana no país socialista, conta que as primeiras máquinas de colher cana testadas no Brasil, há mais de dez anos, vieram de Cuba. "Eram as colheitadeiras KTP que foram testadas, na época, na usina Costa Pinto, em Piracicaba (SP), pertencente à Cosan", lembra.

Mas, então, continua ele, algumas montadoras já estavam pesquisando máquinas mais avançadas e, o modelo cubano, acabou não sendo adotado.

O bloqueio americano e o fim do apoio soviético minou a capacidade cubana de adquirir adubo e defensivos e a produtividade do canaviais caiu para o nível de 35 toneladas por hectares - no Brasil atualmente está acima de 80 toneladas. "A produtividade lá era igual e até melhor que a do Brasil", afirma Custódio.

Uma outra relíquia da indústria canavieira cubana é a tecnologia para produzir vodka com álcool de cana. "Os cubanos têm tecnologia de envelhecimento acelerado de aguardente, por meio do qual se atinge em 72 horas bebida com qualidade equivalente a se tivesse sido envelhecida em barris por sete anos", conta Custódio, que guarda a tecnologia a sete chaves à espera de um parceiro estratégico em distribuição que viabilize a produção da bebida em sua usina, a Jetiboca, em Minas Gerais.

Veio também de Cuba o conhecimento de uso do mel da cana junto com levedura do álcool para alimentação de suínos, em substituição à ração convencional usada no Brasil, feita com soja e milho. "É uma saída quando os preços dos grãos estão muito altos e têm o mesmo desempenho da ração convencional".

Algumas tecnologias de estação de limpeza das impurezas da cana-de-açúcar trazida da lavoura também foram importadas de Cuba e implantadas em usinas do Nordeste há alguns anos, conta Custódio. "Atualmente, Cuba está atrasada tecnologicamente, mas por falta de dinheiro para usar esses recursos mais avançados. No entanto, seus pesquisadores e técnicos conhecem toda a tecnologia usada atualmente pelo Brasil, por exemplo", diz.(FB)

China e Bahia fazem parceria em alimentos e energia – Alexandre Inácio –
Valor Econômico – Agronegócio- 25/05/2010

Desembarcou ontem em São Paulo o grupo de empresários e representantes do governo da Bahia que foi à China em uma missão comercial para fechar novas parcerias e tentar atrair investimentos para o Estado. Entre as áreas de interesse dos chineses e nas quais foram assinados protocolos de intenção estão as de energias renováveis, pesca, carne, grãos e algodão, além de frutas industrializadas, que seriam exportadas ao país asiático a partir do Vale do São Francisco.

Na sexta-feira é a vez de uma missão chinesa chegar à Bahia para participar de um evento para instalação de 12 câmaras setoriais. Os órgãos serão responsáveis pela elaboração do planejamento estratégico para a agropecuária baiana para os próximos 20 anos. A missão chinesa será liderada pela vice-governadora de Shandong, Wang Suilian.

Os maiores avanços obtidos pela missão baiana ocorreram nas áreas de pesca, carnes e algodão. Já está acertada a visita da maior trading chinesa de algodão à Bahia nos próximos meses, que tem um grande parque têxtil e está interessada em fechar parceria com produtores do oeste baiano. Outra comitiva formada por pesquisadores, empresários do setor de pesca e por representantes do governo chinês vem ao Estado para negociar um intercâmbio e investimentos em pesca oceânica, criação e beneficiamento de pescados.

Está agendada a visita de um grupo de empresários chineses interessados no setor de carnes. A ideia é que o grupo se reúna com pecuaristas do Estado no dia 27 de junho e, no dia seguinte, conheça o frigorífico Amargosa, instalado no município com mesmo nome, a 230 quilômetros de Salvador.

Protecionismo atrapalha etanol brasileiro, diz Ipea – Tarso Veloso – Valor Econômico – Brasil – 27/05/2010

Se o crescimento da produção de etanol no Brasil se mantiver, o país pode se tornar ainda este ano o terceiro maior produtor mundial do combustível. Para atingir outros mercados consumidores, porém, o etanol brasileiro precisa enfrentar o protecionismo de outras nações, segundo avaliação de um estudo sobre o setor de biocombustíveis feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado Biocombustíveis no Brasil: Etanol e Biodiesel. O estudo revela que os principais consumidores, Estado Unidos e União Europeia, recorrem à produção doméstica e impõem restrições às importações.

O principal problema apontado pelo estudo é a falta de regularidade na oferta do produto, o que leva à variação dos preços. O governo atua de forma direta para fazer o equilíbrio. Ações conjuntas, como a manutenção do preço da gasolina para que o álcool não seja inviabilizado, a garantia de mistura de 25% de álcool à gasolina e a manutenção de linhas de financiamento do BNDES, segundo o Ipea, incentivam os agricultores a apostarem na cana e deixam o álcool em boa posição para evitar um êxodo para a produção do açúcar.

"Uma grande vantagem para o etanol hoje é a preocupação das nações com questões ambientais, o que tem levado várias delas a uma busca por energias renováveis", disse coordenadora de Agropecuária, Júnia Conceição

A produção de etanol continua em crescimento. Na safra 2008-2009 foram produzidos 25 bilhões de litros. As exportações passaram de 516 milhões de litros em 2001-2002, para 4,7 bilhões em 2008-2009. O mercado internacional apresenta potencial para rápido crescimento na próxima década podendo chegar a 200 bilhões de litros em todo o mundo.

Biodiesel

Biodiesel argentino ganha espaço na EU – Valor Econômico – Agronegócios –
12/05/2010

As exportações argentinas de biodiesel somaram 430 mil toneladas nos primeiros quatro meses de 2010, segundo estimativa divulgada pela publicação alemã "Oil World". Recorde para o período, os embarques praticamente dobraram em relação ao primeiro quadrimestre de 2009.

Apesar dos protestos dos produtores de biocombustíveis da Europa, que alegam que o biodiesel argentino é mais barato por causa de tarifas especiais, as vendas para aquele mercado mostram-se particularmente aquecidas neste ano. Do total estimado, apenas o Peru, com compras de cerca de 15 mil toneladas, desafiou o "monopólio" da União Europeia.

A Argentina adotou a mistura obrigatória de biodiesel em combustível fóssil no início deste ano, o que, previa-se, reduziria as exportações. Mas os preços elevados impulsionam os embarques.